

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhadas das devidas notas explicativas e do parecer dos auditores independentes. O Banco Mizuho do Brasil S.A. é uma subsidiária do Mizuho Financial Group, um dos maiores grupos financeiros do mundo, com sede no Japão, atuação global abrangendo todos os continentes, em mais de 35 países. Os ativos totais do Grupo superaram os 205 trilhões de ienes no ano fiscal 2017. O Banco Mizuho do Brasil S.A., é um banco múltiplo com autorização para auxiliá-lo em suas estratégias globais. Para esses clientes, o Banco oferece basicamente os seguintes produtos: empréstimos sindicados, financiamento com agências de crédito (ECA) e financiamento de projetos. O Banco mantém seus esforços na constante busca do aprimoramento de sua atuação, investindo na capacitação de seus recursos, focado em sua Visão e Valores institucionais, promovendo a integração profissional e cultural econômico e social do Brasil, de acordo com a filosofia corporativa do Grupo Mizuho. Destacamos que para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, a Administração tem a intenção de manter em carteira até o vencimento os títulos classificados nessa categoria conforme Nota 5 e que o Banco, baseado no seu fluxo de caixa projetado, possui capacidade financeira para tal manutenção.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

BALANÇO PATRIMONIAL - 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		4.128.354	2.451.511
Disponibilidades	3b	8.548	36.431
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.417.428	938.385
Aplicações no mercado aberto	4a	1.367.102	922.990
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4b	11.772	15.395
Aplicações em moedas estrangeiras	4c	38.554	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		816.331	405.213
Carteira própria	5b	317.111	263.637
Vinculados a compromissos de recompra	5b	5.091	3.704
Instrumentos financeiros derivativos	17	47.919	27.574
Vinculados à prestação de garantias	5b	445.511	116.844
Relações interfinanceiras		20.663	235
Créditos vinculados		783	235
Repasses interfinanceiros		9.193.130	16.609
Provisão para perdas em repasses interfinanceiros	6f	(33)	(4.600)
Operações de crédito		105.703	181.425
Operações de crédito - setor privado	6a	105.890	181.425
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6f	(187)	-
Outros créditos		1.759.968	872.967
Carteira de câmbio	7	1.709.930	875.301
Rendas a receber		57	24
Negociação de intermediação de valores		9.129	302
Diversos	8	41.210	1.940
Provisão para perda outros créditos	6f	(358)	(4.600)
Outros valores e bens		313	246
Despesas antecipadas		313	246
Realizável a longo prazo		1.318.240	1.486.929
Aplicações interfinanceiras de liquidez		10.688	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros		885.121	1.220.444
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos		770.190	711.813
Carteira própria	5b	56.203	32.823
Vinculados a compromissos de recompra	5b	35.819	152.892
Instrumentos financeiros derivativos	5b	22.909	32.916
Relações interfinanceiras		-	16.538
Repasses interfinanceiros		186.202	69.617
Operações de crédito	6a	186.560	69.617
Operações de crédito - setor privado	6f	(358)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		246.667	169.642
Outros créditos	7	74.939	-
Rendas a receber		46	-
Diversos	8	171.717	169.642
Provisão para perda outros créditos	6f	(35)	-
Outros valores e bens		250	-
Despesas antecipadas		250	-
Permanente		174.323	134.797
Investimentos		166.282	130.754
Em controladas - no exterior		166.134	130.606
Outros investimentos		148	148
Imobilizado de uso		8.041	4.043
Imobilizações de uso		20.980	16.148
Depreciação acumulada		(12.939)	(12.105)
Total do ativo		5.620.917	4.073.237

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	524.580	15.313	4.149	23.997	949
Aumento de capital - (nota 14 a)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	66	-	-
Resultado do Semestre	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017	539.893	18.527	4.215	23.997	2.799
Saldos em 31 de dezembro de 2017	539.893	18.527	6.019	38.358	28
Integralização de capital (Nota 14 a)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-
Hedge de investimento no exterior	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-
Resultado do semestre	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	558.420	-	8.305	38.358	(588)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	524.580	15.313	4.149	23.997	949
Aumento de capital - (nota 14 a)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-
Resultado do Semestre	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017	539.893	18.527	4.215	23.997	2.799
Saldos em 31 de dezembro de 2017	539.893	18.527	6.019	38.358	28
Integralização de capital (Nota 14 a)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-
Hedge de investimento no exterior	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-
Resultado do semestre	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	558.420	-	8.305	38.358	(588)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	524.580	15.313	4.149	23.997	949
Aumento de capital - (nota 14 a)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	-	-
Resultado do Semestre	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2017	539.893	18.527	4.215	23.997	2.799
Saldos em 31 de dezembro de 2017	539.893	18.527	6.019	38.358	28
Integralização de capital (Nota 14 a)	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor de mercado - TVM	-	-	-	-	-
Ajuste de variação cambial de investimento no exterior	-	-	-	-	-
Hedge de investimento no exterior	-	-	-	-	-
Constituição da reserva de lucros	-	-	-	-	-
Resultado do semestre	-	-	-	-	-
Saldos em 30 de junho de 2018	558.420	-	8.305	38.358	(588)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Capital social	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	524.580	15.313	4.149	23.997	949
Aumento de capital - (nota 14 a)	-	-	-	-	-</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 30 de junho de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

9 Investimentos

A controlada Mizuho do Brasil Cayman Limited atua como subsidiária offshore do Banco Mizuho do Brasil S.A., e tem por objetivo ampliar a oferta de produtos para clientes, oferecendo auxílio às operações de depósitos, empréstimos e derivativos.

Mizuho do BrasilCayman Ltd.

2018 2017
Quantidade de ações ordinárias - em milhares..... 22.920 22.920
Percentual de participação - % 100% 100%

Informações sobre a investida:

Patrimônio líquido.....	166.134	130.606
Capital social.....	74.699	74.699
Reservas de lucros.....	53.594	52.245
Ajuste valor mercado de TVM.....	390	1.388
Variação cambial do investimento no exterior.....	24.440	1.917
Resultado líquido do semestre.....	13.011	357
Resultado de equivalência patrimonial.....	13.011	357
Reclassificação por diversidade de critérios contábeis (1).....	(334)	-
IRRF sobre rendimentos financeiros no exterior.....	238	1.434
Resultado de participação em controlada.....	12.915	1.791

A Resolução nº 4.524, de 29 de setembro de 2016, determinou que a partir de janeiro/2017, os ajustes decorrentes da conversão de ganhos ou perdas reconhecidos diretamente no patrimônio líquido da entidade investida no exterior devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras da instituição investidora também como componente destacado do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferida para o resultado do período quando da baixa do respectivo investimento. Em 30 de junho de 2018 o montante total de variação cambial resultante da conversão do balanço de investida no exterior foi de R\$ 24.440 (R\$ 1.917 em 2017), sendo R\$ 875 (R\$ 1 em 2017) referente a variação cambial do processo de conversão do resultado. (1) Reclassificação para resultado do semestre de impacto prospectivo do cálculo de provisão para créditos de liquidação duvidosa, reconhecido em Patrimônio Líquido na controlada, devido ao efeito da adoção inicial do IFRS 9 pela mesma.

10 Depósitos

a) Diversificação de produtos e prazo:

Sem vencimento	2018		2017	
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total
Depósitos à vista.....	38.717	-	-	38.717
Depósitos interfinanceiros.....	-	94.275	10.786	103.064
Depósitos a prazo.....	-	202.661	680.731	694.738
	38.717	296.936	691.517	1.751.911

b) Concentração:	2018		2017	
	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor
10 maiores credores.....	1.285.567	73.38	1.655.938	83.75
50 maiores credores seguintes.....	446.163	25.47	308.327	15.59
Demais credores.....	-	20.181	1.15	12.855
Total da carteira.....	1.751.911	100.00	1.977.150	100.00

As operações de depósitos a prazo classificadas no Realizável a Longo Prazo, no montante de R\$ 690.718 apresentam cláusula de liquidez diária. Em 2017 este valor era de R\$ 288.382.

11 Captações no mercado aberto

Carteira Própria	2018		2017	
	Total	Carteira Própria	Total	Carteira Própria
Debêntures.....	60.830	60.830	35.231	35.231
Total da carteira própria.....	60.830	60.830	35.231	35.231

Em 30 de junho de 2018 e 2017 as captações no mercado aberto através de obrigações por operações compromissadas, tem um prazo de vencimento inferior a 90 dias.

12 Recursos de aceite e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos, em 30 de junho de 2018, correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no exterior no valor de R\$539.340 (R\$ 92.632 em 2017), com vencimentos até outubro de 2019, apresentando taxas de 0,01% a 3,34% a.a. em dólar (2017 - vencimentos até março de 2018 e taxas de 1,12% a 1,83% a.a. em dólar). As obrigações por repasses do exterior correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no valor de R\$825.251 (R\$305.531 em 2017), com vencimentos até abril de 2019, apresentando taxas de 1,20% a 3,12% a.a. em dólar (2017 - vencimentos até abril de 2019 e taxas de 1,13% a 1,64% a.a. em dólar).

13 Outras obrigações diversas e fiscais e previdenciárias (circulante e longo prazo)

a) Circulante - fiscais, previdenciárias e diversas: Compostas, substancialmente, por provisões para imposto de renda e contribuições a recolher de R\$ 13.678 (R\$ 3.682 em 2017), provisões para imposto de renda e contribuição social diferidas de R\$ 12.787 (R\$1.695 em 2017), provisões administrativas de R\$ 17.570 (R\$14.430 em 2017), provisão para perdas sobre garantias financeiras prestadas de R\$ 129 e credores diversos de R\$ 60 (R\$294 em 2017); b) Longo prazo - fiscais e previdenciárias: Compostas, substancialmente, por provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS e COFINS diferidas de R\$ 15.325 (R\$12.724 em 2017); c) Longo prazo - diversas: Compostas, substancialmente, por provisões para perdas sobre garantias financeiras prestadas de R\$ 1, o valor provável das obrigações oriundas de contingências decorrentes de processos trabalhistas no montante de R\$9.251 (R\$12.277 em 2017) e contingências decorrentes de processos de expurgos inflacionários no montante de R\$4.646 (R\$4.312 em 2017). Existem depósitos judiciais de R\$725 (R\$396 em 2017) para as causas trabalhistas. En conformidad com a Circular Circular 3.782, de janeiro/2017, as parcelas de impostos e contribuições cuja exigibilidade está suspensa, resultante de processos judiciais ingressados pela Instituição, foi reclassificada da conta outras obrigações - fiscais e previdenciárias, para a conta de outras obrigações - diversas. As provisões estão constituídas pela parcela integral que poderá ser exigida pelo órgão arrecadador, acrescida dos encargos

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)..... 130.968 126.255
Contribuição Social para o Suporte da Língua (CSLL)..... 9.258 8.998
Programa de Integração Social (PIS)..... 3.298 3.205
Imposto Sobre Serviços (ISS)..... 6.973 6.690
Outros..... 530 503
Total das provisões..... 151.982 146.823
(-) Depósitos judiciais vinculados..... (75.758) (72.359)
Valor líquido..... 76.224 74.464

Os processos estão baseados nas seguintes questões: (1) COFINS - a provisão constituida em decorrência da suspensão do recolhimento em virtude de discussão judicial quanto à base de cálculo dessa contribuição. Em 30 de junho de 2018 existem depósitos judiciais no montante de R\$37.633 (R\$35.698 em 2017), (2) IRPJ - a provisão em questão refere-se a processo administrativo que discute a dedução de perdas de operações de crédito de acordo com a Circular nº 4.082, do Banco Central do Brasil, com vencimentos até outubro de 2019, apresentando taxas de 0,01% a 3,34% a.a. em dólar (2017 - vencimentos até março de 2018 e taxas de 1,12% a 1,83% a.a. em dólar). As obrigações por repasses do exterior correspondem à captação de recursos com entidades do grupo no valor de R\$825.251 (R\$305.531 em 2017), com vencimentos até abril de 2019, apresentando taxas de 1,20% a 3,12% a.a. em dólar (2017 - vencimentos até abril de 2019 e taxas de 1,13% a 1,64% a.a. em dólar).

e) Movimentação das contingências: Saldo inicial 31/12/2017 Constituição Reversamento Pagamento Saldo final 30/06/2018

Provisão para riscos fiscais..... 149.714 2.268 — — 151.982
Contribuição Social para o Suporte da Língua (CSLL).... 9.143 115 — — 9.258
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)..... 3.257 41 — — 3.298

Programa de Integração Social (PIS)..... 129.003 1.965 — — 130.968
Outros..... 940 15 — — 955
Imposto Sobre Serviços (ISS)..... 522 8 — — 530

Provisão para Passivos Contingentes..... 13.377 1.967 (431) (1.016) 13.897
Processos trabalhistas..... 8.922 1.776 (431) (1.016) 9.251
Expurgos Inflacionários..... 4.455 191 — — 4.646

b) Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 30 de junho de 2018, o capital social é de R\$558.420 (R\$539.893 em 2017), dividido em 2.125.297 (2.125.297 em 2017) ações ordinárias nominativas sem valor nominal. Através do ofício nº 964 de 18 de janeiro de 2018, o Banco Central divulgou a aprovação do aumento de capital do Banco no valor de R\$ 18.527 (R\$ 15.313 em 2017), realizado no dia 31 de dezembro de 2017, que aumentou o capital social em R\$ 18.527 (R\$ 15.313 em 2017) e que é destinado a aportar no capital social das empresas filiais.

b) Dividendos e juros sobre capital próprio: Aos acionistas, são assegurados dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustados na forma do artigo 17 da Lei nº 6.404/76 e atualizações. Nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017 não foram destinados dividendos e/ou juros sobre capital próprio aos acionistas.

c) Ajustes de avaliação patrimonial: No semestre findo em 30 de junho de 2018, o valor relativo ao ajuste a mercado de títulos disponíveis para venda é de R\$ 456 (R\$ 119 em 2017) e o valor referente aos títulos registrados em controlada, conforme a Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil é de R\$214 (R\$763 em 2017). Através da Resolução nº 4.524 de 29 de setembro de 2016 e da Circular Circular nº 3.792 de 15 de dezembro de 2016, do Banco Central do Brasil, mudou-se, a partir do 1º de janeiro de 2017, os procedimentos contábeis relativos ao reconhecimento dos efeitos das variações cambiais resultantes da conversão das transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras de investidas no exterior e a contabilização do hedge de investimento no exterior. Em 30 de junho de 2018 o montante de variação cambial resultante da conversão do balanço de investido no exterior foi de R\$ 24.440 (R\$ 1.917 em 2017) e o montante de hedge de investimento no exterior foi de R\$ (25.698). Em 2017 o Banco não possuía hedge de investimento no exterior. d) Reserva legal: O Banco deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal que não poderá exceder 20% do capital integrizado. Ademais, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. e) Reserva Especial de Lucros: Em 31 de dezembro de 2017 foi constituída uma reserva especial de lucros no valor de R\$ 14.361 que é destinada à manutenção dos limites operacionais. Em 30 de junho de 2018 o saldo acumulado da reserva especial de lucros é de R\$ 38.358 (R\$ 23.997 em 2017).

15 Imposto de renda e contribuição social

Em 30 de junho de 2018, o Banco possui o montante de R\$78.738 (R\$33.935 em 2017) registrados em créditos tributários e o montante de R\$28.112 (R\$29.419 em 2017) registrado em obrigações fiscais diferidas. O registro desses créditos foi efetuado integralmente e está suportado por estudo técnico efetuado, o qual indicou a capacidade de geração de resultados futuros para sua utilização.

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

IRPJ e CSLL	2018	2017
86.407	9.127	

Resultado antes de tributação sobre o lucro e participações.....

Encargo total do imposto de renda e da contribuição social..... (38.883) (4.107)

Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos..... 24.833 3.479

Participação dos empregados no lucro..... 762 762

Provisão para perdas em operações de crédito..... (447) 15.175

Ajustes de marcação a mercado..... (1.228) 5.500

Outras adições e exclusões - temporárias..... 7.543 (17.166)

Imposto de renda retido na fonte não utilizado..... 628

Outras adições e exclusões..... 18.203 (164)

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e aos Administradores do **Banco Mizuho do Brasil S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras de acordo com as práticas financeiras do Banco Mizuho do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mizuho do Brasil S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é

responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria adequada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento

São Paulo, 24 de agosto de 2018



EY

Deloitte & Touche

LLP

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7